

RIO DE JANEIRO

Plano não apresenta datas para começar a vacinar contra covid-19

Governo estima que, após começar, processo de imunização da população leve 16 meses para ser concluído

Em tom mais ameno em relação à pandemia, em meio à queda de popularidade do governo, segundo o Ibope, o presidente Bolsonaro e o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, lançaram ontem o plano nacional de imunização contra a covid-19. Mas o que era esperado, não ocorreu. O governo não estipulou data para início da vacinação. O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello informou que o processo de imunização deve ser iniciado após a aprovação de uma ou mais vacinas pela Anvisa. “Mas ainda não há data para a aprovação do registro das vacinas, na verdade nenhum pedido de registro na Anvisa foi feito”, comentou.

O governo espera que até o fim do primeiro semestre de 2021 os grupos prioritários estejam vacinados. Para que isso ocorra, conforme estimativas do projeto, a vacinação teria de começar até fevereiro. Diante deste quadro, após o começo, a previsão é que o processo seja concluído em 16 meses. Os primeiros quatro meses seriam para imunizar todos os grupos prioritários e os outros 12 meses para a população em geral. Assim, a campanha de vacinação deve durar pelo menos até o primeiro trimestre de 2022.

O ministério estima que, para interromper a circulação do vírus, cerca de 60% a 70% da população precisa estar imunizada.

Ao ser questionado, Pazuello explicou a utilização do termo de responsabilidade na vacinação. A medida é desejo manifestado por Bolsonaro. De acordo com o ministro, o “termo de consentimento livre e esclarecido” será adotado em caso de aprovação de vacinas para uso emergencial em grupos específicos. “Não será exigido termo algum nos postos de vacinação para nenhum brasileiro, quando nós disponibilizarmos vacinas registradas, seguras e garantidas pela Anvisa”, disse o ministro, reafirmando que a vacina não será obrigatória, mas gratuita.

Ao final da apresentação Bolsonaro e Pazuello, ambos sem máscara, posaram para fotos. O mascote Zé Gotinha se juntou aos dois, mas quando o presidente esticou a mão para cumprimentá-lo, recebeu um sinal de “beleza”.



Sem máscara, assim como o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, o presidente Jair Bolsonaro apresentou um tom ameno no lançamento do plano nacional de imunização

SAÚDE E IDOSOS NA FRENTE

Conheça os grupos prioritários

■ Sem datas estipuladas, o plano menciona os grupos prioritários. Os primeiros são trabalhadores da Saúde (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e pessoal de apoio - cozinheiros e funcionários da limpeza de hospitais, motoristas de ambulância, cuidadores de idosos). Indígenas em terras demarcadas, pessoas com 60 anos ou mais institucionalizadas e quem tem 75 anos ou mais devem receber a vacina na primeira fase.

Os idosos entre 60 e 74 anos serão na segunda fase. Na três, pessoas com doenças que podem agravar a saúde se

contaminadas. São comorbidades prioritárias: diabetes mellitus, hipertensão arterial grave, doenças pulmonar obstrutiva crônica, renal, cardiovasculares e cerebrovasculares, transplantados, anemia falciforme, câncer, obesidade grau III. A quarta será para trabalhadores da Educação, população em situação de rua, forças de segurança e salvamento, pessoal de transporte coletivo e transportadores de carga e funcionários do sistema prisional e população carcerária.

As quatro fases correspondem a quatro primeiros meses de vacinação. Quem é não prioritário, será vacinado depois.



Mas ainda não há data para a aprovação do registro das vacinas, na verdade nenhum pedido de registro na Anvisa foi feito”

EDUARDO PAZUELLO, ministro da Saúde

Lewandowski vota a favor de vacinação obrigatória

► Ontem, o ministro do STF Ricardo Lewandowski votou a favor da obrigatoriedade e gratuidade da vacinação contra coronavírus. Relator em duas ações que discutem o tema, ele defendeu que a imunização não deve ser compulsória, mas restrições devem ser impostas contra quem não quiser tomar vacina, como restrição de acesso a locais e proibição de exercício de atividades. Lewandowski foi o único a votar. O julgamento será retomado hoje, com Luís Roberto Barroso.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que o parlamento não acatará a exigência de que pessoas que quiserem se vacinar assinem termo de responsabilidade, como deseja Bolsonaro. “Não é tema da Câmara, veio do governo. Se tiver interesse, apresente emenda por um deputado e ganhe no plenário”, disse Maia.

A MP 1003/2020 trata da compra de vacina contra a covid pelo programa internacional Covax Facility e deve ser votada hoje.

Plano para compensar hospital fechado não é cumprido

Dos 177 leitos que poderiam ser abertos para garantir atendimento sem a unidade de campanha do Maracanã, 112 foram ativados

BERNARDO COSTA
bernardo.costa@odia.com.br

Do plano de compensação de leitos de covid-19 do governo estadual levado à Defensoria Pública e ao Ministério Público estaduais, para fazer frente à desativação do Hospital de Campanha do Maracanã - que será desmontado definitivamente amanhã -, 65 leitos ainda não foram ativados na rede pública de Saúde. O plano foi apresentado em 7 de outubro e previa a abertura de 177 leitos para INI Fiocruz (18), Hospital Estadual Anchieta (3), Hospital Federal de Bonsucesso (4), Hospital Ronaldo Gazolla (77),

Pedro Ernesto (2), Clementino Fraga Filho (39) e São José (34).

Segundo a Defensoria, até terça-feira, foram abertos quatro leitos de UTI no INI Fiocruz, 20 no Hospital Anchieta, 24 no Ronaldo Gazolla, 30 de UTI no Pedro Ernesto e 34 no São José, total de 112. “À época, o estado afirmou que o fechamento do Hospital de Campanha do Maracanã não importaria em risco à saúde da população no caso de novo aumento de casos, pois os hospitais de referência e outras unidades municipais, estaduais e federais tinham com leitos em impedimento que poderiam se tornar ope-

racionais em curto prazo de tempo a partir de negociação e apoio mútuo entre os entes envolvidos”, disse a defensora pública Thaís Guerreiro em resposta a **ODIA**. “Mas o problema é que, ao que parece, as projeções de necessidades de leitos foram calculadas de forma errada... Hoje, a fila de UTI apenas na Região Metropolitana I está em 175 pessoas”.

A informação do plano aparece em petição do último dia 10, da Defensoria e MP como recurso à extinção do processo, no TJ, em que os órgãos pediam ativação de todos os leitos para tratar nos hospitais de campanha do Maracanã e

do Riocentro. O processo foi extinto em 15 de outubro.

Os órgãos pedem que a decisão seja reconsiderada e processo retome curso para reativar todos os leitos no Riocentro e os que foram previstos no plano diante do fechamento do Maracanã. Sobre os leitos no Riocentro, a Defensoria afirma que, nesta terça-feira, a plataforma da Secretaria municipal de Saúde aponta 233 leitos operacionais de enfermaria e 80 de UTI.

“No Riocentro, a previsão era de 500 leitos no primeiro pico da pandemia (em maio): 400 de enfermaria e 100 de UTI”, diz a defensora.

Questionada por **ODIA**, a Prefeitura do Rio informou que foi notificada, no último dia 10, e que tem até 30 dias para responder à Justiça. Sobre leitos no Hospital do Riocentro, disse que há 300 ativos, sendo 80 de UTI. E que, até o dia 29, abrirá mais 220. A Secretaria Estadual Saúde afirmou que houve aumento gradativo do número de leitos nas unidades. Segundo a nota, na terça-feira, a rede contava com 532 leitos no total, (289 de UTI adulto, 235 de enfermaria, quatro de UTI pediátrica, dois de UTI neonatal e dois de UTI obstetrícia). Sobre os demais

leitos do plano, e que, segundo a Defensoria, não foram abertos, no Ronaldo Gazolla (53), e na rede federal: 14 leitos do INI Fiocruz, os quatro do Hospital de Bonsucesso e os 30 no Clementino Fraga Filho, o estado disse que questionamentos deveriam ser feitos aos respectivos órgãos. Sobre o Ronaldo Gazolla, a prefeitura informou que tem hoje 306 leitos (126 de UTI), e que mais 30 serão abertos. O Ministério da Saúde informou que hospital de campanha é definição de estados. A pasta habilitou 114 leitos de UTI para o INI Fiocruz em dezembro.